



**Mapeamento de indicadores e parâmetros para definir o que é “verde”, “social” ou “sustentável”
nas Taxonomias oficiais (elaboradas por entes públicos) já existentes em outros países para o setor florestal**

As seguintes Taxonomias já incluíram o setor florestal até o momento: União Europeia, Geórgia (no continente europeu), Colômbia, Costa Rica, México e Panamá (na América Latina), África do Sul e Ruanda (no continente africano), China, Indonésia, Mongólia, Singapura e Sri Lanka (no continente asiático), mas a Taxonomia por setores da Indonésia não está disponível em inglês (apenas os princípios gerais e alguns exemplos foram traduzidos). Ainda não há Taxonomias nos EUA, Canadá e na Oceania. O mapeamento aqui realizado é meramente descritivo, tendo havido a tradução do inglês ou do espanhol e síntese, sem perda de conteúdo, do que estava previsto em cada Taxonomia. Não são apontadas omissões relevantes ou quaisquer deficiências.

Esse documento inclui, por enquanto, União Europeia, Costa Rica e Colômbia – três delas são Taxonomias que serão usadas como referência pelo governo federal brasileiro. Mas até a sexta-feira, 6 de maio, ele será substituído por uma versão completa incluindo os demais 8 países.

Temas, indicadores e parâmetros (Costa Rica e União Europeia)

Tema	Indicador quantitativo ou qualitativo	Respectivos parâmetros	Taxonomia
Mitigação das mudanças climáticas e proteção da biodiversidade	Medidas de vigilância e controle para prevenção de incêndios	Não há parâmetros objetivos (indicador qualitativo, de “sim” ou “não”)	Costa Rica
	Redução e prevenção do desmatamento	Não há parâmetros objetivos (indicador qualitativo, de “sim” ou “não”)	Costa Rica
	Redução e prevenção da degradação florestal	Não há parâmetros objetivos (indicador qualitativo, de “sim” ou “não”)	Costa Rica
Mitigação de mudanças climáticas	Elaboração e implementação de plano de restauração florestal	Plano deve ter duração mínima de 5 anos (ou período mínimo previsto na legislação nacional) e respeitar requisitos legais do país sobre restauração florestal; deve prever objetivos, estratégias e atividades, bem como principais restrições; informações sobre	União Europeia

		<p>preparação do local e seus impactos nas reservas de carbono pré-existentes, incluindo solos e biomassa acima do solo, a fim de proteger as terras com alto estoque de carbono; definição do contexto do habitat florestal, das principais espécies arbóreas florestais e das pretendidas e da sua extensão e distribuição, de acordo com o contexto ecossistêmico florestal local;consi deração de interesses de <i>stakeholders</i> locais; avaliação de riscos, incluindo incêndios e pragas e previsão de medidas de mitigação; avaliação do impacto na segurança alimentar; dados registrai s da área e descrição de eventuais limitações legais no entorno; descrição de vias de acesso, incluindo por via aquática; observância das melhores práticas de restauração florestal; não causar dano a outros objetivos ambientais (como a conservação da biodiversidade terrestre); níveis de estoques e captura de carbono devem ser mantidos ou aumentados a longo prazo (30 anos); para áreas superiores a 13 hectares, benefícios climáticos devem ser demonstrados, em alinhamento com a Diretiva Europeia 2001/2018 (excluídos os efeitos de pragas, incêndios e outros eventos climáticos extremos); a área deve ser classificada como floresta permanente de acordo com a definição da FAO ou é uma área protegida ou está sujeita a alguma obrigação jurídica que garante que ela manterá seu status de floresta; deverá haver auditorias 2 anos após o início da implementação do plano e a cada 10 anos a partir de então; não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas</p>	
	<p>Conservação florestal</p>	<p>Plano deve ter duração mínima de 10 anos e deve ser continuamente atualizado: deve prever objetivos, estratégias e atividades, bem como principais restrições; informações sobre preparação do local e seus impactos nas reservas de carbono pré-existentes, incluindo solos e biomassa acima do solo, a fim de proteger as terras com alto estoque de carbono; definição do contexto do habitat florestal, das principais espécies arbóreas florestais e das pretendidas e da sua extensão e distribuição, de acordo com o contexto ecossistêmico florestal local; medidas para manter as boas condições dos ecossistemas; consideração de interesses de <i>stakeholders</i> locais; avaliação de riscos, incluindo incêndios e pragas e previsão de medidas de mitigação; dados registrai s da área e descrição de eventuais limitações legais no entorno; descrição de vias de acesso, incluindo por via aquática; observância das melhores práticas de restauração florestal; não causar dano a outros objetivos ambientais (como a conservação da biodiversidade terrestre); níveis de estoques e captura de carbono devem ser mantidos ou aumentados a longo prazo (30 anos); para áreas superiores a 13 hectares, benefícios climáticos devem ser demonstrados, em alinhamento com a Diretiva Europeia 2001/2018 (excluídos os</p>	<p>União Europeia</p>

	<p>efeitos de pragas, incêndios e outros eventos climáticos extremos); a área deve ser classificada como floresta permanente de acordo com a definição da FAO ou é uma área protegida ou está sujeita a alguma obrigação jurídica que garante que ela manterá seu status de floresta; deverá haver auditorias 2 anos após o início da implementação do plano e a cada 10 anos a partir de então.</p> <p>O plano de gestão florestal ou o instrumento equivalente também deve: apresentar um objetivo primário de gestão que consiste na proteção do solo e da água, na conservação da biodiversidade ou nos serviços sociais com base nas definições da FAO; promover práticas favoráveis à biodiversidade que melhoram os processos naturais das florestas; incluir uma análise de: a) impactos e pressões sobre a conservação de habitats e diversidade de habitats associados; b) condição de colheita minimizando os impactos no solo; c) outras atividades que tenham impacto nos objetivos de conservação, tais como caça e pesca, atividades agrícolas, pastoris e florestais, atividades industriais, minerárias e comerciais.</p> <p>A sustentabilidade dos sistemas de gestão florestal, tal como documentada no plano, deve ser assegurada através da escolha da abordagem mais ambiciosa das seguintes: a gestão florestal corresponde à definição nacional de gestão sustentável das florestas, se for o caso; a gestão florestal corresponde à definição Forest Europe de gestão sustentável das florestas e está em conformidade com as Orientações a Nível Operacional Pan-Europeu para a Gestão Sustentável das Florestas; o sistema de gestão em vigor demonstrar a conformidade com os critérios de sustentabilidade florestal, tal como definidos no artigo 29, n. 6, da Diretiva (UE) 2018/2001 e, à data da sua aplicação, com o ato de execução relativo às orientações operacionais para a energia proveniente da biomassa florestal, adotado nos termos do artigo 29, n. 8, dessa Diretiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> - a atividade não pode implicar a degradação de solos com elevado teor de carbono; - o sistema de gestão associado à atividade em vigor cumpre a obrigação de diligência devida e os requisitos de legalidade estabelecidos na Regulação UE 995/2010; - não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas. 	
Manejo florestal	Plano deve ter duração mínima de 10 anos e deve ser continuamente atualizado: deve prever objetivos, estratégias e atividades, bem como principais restrições; informações sobre preparação do local e seus impactos nas reservas de carbono pré-existentes, incluindo solos e biomassa acima do solo, a fim de proteger as terras com alto estoque de carbono; definição do contexto do habitat florestal, das principais espécies arbóreas	União Europeia

florestais e das pretendidas e da sua extensão e distribuição, de acordo com o contexto ecossistêmico florestal local; medidas para manter as boas condições dos ecossistemas; consideração de interesses de *stakeholders* locais; avaliação de riscos, incluindo incêndios e pragas e previsão de medidas de mitigação; dados registrais da área e descrição de eventuais limitações legais no entorno; descrição de vias de acesso, incluindo por via aquática; observância das melhores práticas de restauração florestal; não causar dano a outros objetivos ambientais (como a conservação da biodiversidade terrestre); níveis de estoques e captura de carbono devem ser mantidos ou aumentados a longo prazo (30 anos); para áreas superiores a 13 hectares, benefícios climáticos devem ser demonstrados, em alinhamento com a Diretiva Europeia 2001/2018 (excluídos os efeitos de pragas, incêndios e outros eventos climáticos extremos); a área deve ser classificada como floresta permanente de acordo com a definição da FAO ou é uma área protegida ou está sujeita a alguma obrigação jurídica que garante que ela manterá seu status de floresta; deverá haver auditorias 2 anos após o início da implementação do plano e a cada 10 anos a partir de então.

O plano de gestão florestal ou o instrumento equivalente também deve: apresentar um objetivo primário de gestão que consiste na proteção do solo e da água, na conservação da biodiversidade ou nos serviços sociais com base nas definições da FAO; promover práticas favoráveis à biodiversidade que melhoram os processos naturais das florestas; incluir uma análise de: a) impactos e pressões sobre a conservação de habitats e diversidade de habitats associados; b) condição de colheita minimizando os impactos no solo; c) outras atividades que tenham impacto nos objetivos de conservação, tais como caça e pesca, atividades agrícolas, pastoris e florestais, atividades industriais, minerárias e comerciais.

A sustentabilidade dos sistemas de gestão florestal, tal como documentada no plano, deve ser assegurada através da escolha da abordagem mais ambiciosa das seguintes: a gestão florestal corresponde à definição nacional de gestão sustentável das florestas, se for o caso; a gestão florestal corresponde à definição Forest Europe de gestão sustentável das florestas e está em conformidade com as Orientações a Nível Operacional Pan-Europeu para a Gestão Sustentável das Florestas; o sistema de gestão em vigor demonstrar a conformidade com os critérios de sustentabilidade florestal, tal como definidos no artigo 29, n. 6, da Diretiva (UE) 2018/2001 e, à data da sua aplicação, com o ato de execução relativo às orientações operacionais para a energia proveniente da biomassa florestal, adotado nos termos do artigo 29, n.o 8, dessa Diretiva;

	<ul style="list-style-type: none"> - a atividade não pode implicar a degradação de solos com elevado teor de carbono; - o sistema de gestão associado à atividade cumpre a obrigação de diligência devida e os requisitos de legalidade estabelecidos na Regulação UE 995/2010; - não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas 	
<p>Reabilitação e regeneração florestal após um evento climático extremo</p>	<p>Plano deve ter duração mínima de 10 anos e deve ser continuamente atualizado: deve prever objetivos, estratégias e atividades, bem como principais restrições; informações sobre preparação do local e seus impactos nas reservas de carbono pré-existentes, incluindo solos e biomassa acima do solo, a fim de proteger as terras com alto estoque de carbono; definição do contexto do habitat florestal, das principais espécies arbóreas florestais e das pretendidas e da sua extensão e distribuição, de acordo com o contexto ecossistémico florestal local; medidas para manter as boas condições dos ecossistemas; consideração de interesses de <i>stakeholders</i> locais; avaliação de riscos, incluindo incêndios e pragas e previsão de medidas de mitigação; dados registrais da área e descrição de eventuais limitações legais no entorno; descrição de vias de acesso, incluindo por via aquática; observância das melhores práticas de restauração florestal; não causar dano a outros objetivos ambientais (como a conservação da biodiversidade terrestre); níveis de estoques e captura de carbono devem ser mantidos ou aumentados a longo prazo (30 anos); para áreas superiores a 13 hectares, benefícios climáticos devem ser demonstrados, em alinhamento com a Diretiva Europeia 2001/2018 (excluídos os efeitos de pragas, incêndios e outros eventos climáticos extremos); a área deve ser classificada como floresta permanente de acordo com a definição da FAO ou é uma área protegida ou está sujeita a alguma obrigação jurídica que garante que ela manterá seu status de floresta; deverá haver auditorias 2 anos após o início da implementação do plano e a cada 10 anos a partir de então.</p> <p>O plano de gestão florestal ou o instrumento equivalente também deve: apresentar um objetivo primário de gestão que consiste na proteção do solo e da água, na conservação da biodiversidade ou nos serviços sociais com base nas definições da FAO; promover práticas favoráveis à biodiversidade que melhoram os processos naturais das florestas; incluir uma análise de: a) impactos e pressões sobre a conservação de habitats e diversidade de habitats associados; b) condição de colheita minimizando os impactos no solo; c) outras atividades que tenham impacto nos objetivos de conservação, tais como caça e pesca, atividades agrícolas, pastoris e florestais, atividades industriais, minerárias e comerciais.</p>	<p>União Europeia</p>

		<p>A sustentabilidade dos sistemas de gestão florestal, tal como documentada no plano, deve ser assegurada através da escolha da abordagem mais ambiciosa das seguintes: a gestão florestal corresponde à definição nacional de gestão sustentável das florestas, se for o caso; a gestão florestal corresponde à definição Forest Europe de gestão sustentável das florestas e está em conformidade com as Orientações a Nível Operacional Pan-Europeu para a Gestão Sustentável das Florestas; o sistema de gestão em vigor demonstrar a conformidade com os critérios de sustentabilidade florestal, tal como definidos no artigo 29, n. 6, da Diretiva (UE) 2018/2001 e, à data da sua aplicação, com o ato de execução relativo às orientações operacionais para a energia proveniente da biomassa florestal, adotado nos termos do artigo 29.o, n.o 8, dessa Diretiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> - a atividade não pode implicar a degradação de solos com elevado teor de carbono; - o sistema de gestão associado à atividade cumpre a obrigação de diligência devida e os requisitos de legalidade estabelecidos na Regulação UE 995/2010; - não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas 	
Adaptação às mudanças climáticas	Restauração florestal	<p>A atividade deve identificar e mitigar os riscos climáticos físicos mais relevantes, de forma proporcional ao tamanho do projeto; a atividade de adaptação deve privilegiar o uso de soluções baseadas na natureza, não pode afetar negativamente outras iniciativas de adaptação; deve haver monitoramento de indicadores-chave, consistência com planos nacionais, regionais e locais de adaptação; não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas</p>	União Europeia
	Conservação florestal	<p>A atividade deve identificar e mitigar os riscos climáticos físicos mais relevantes, de forma proporcional ao tamanho do projeto; a atividade de adaptação deve privilegiar o uso de soluções baseadas na natureza, não pode afetar negativamente outras iniciativas de adaptação; deve haver monitoramento de indicadores-chave, consistência com planos nacionais, regionais e locais de adaptação; não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas</p>	União Europeia
	Manejo florestal	<p>A atividade deve identificar e mitigar os riscos climáticos físicos mais relevantes, de forma proporcional ao tamanho do projeto; a atividade de adaptação deve privilegiar o uso de soluções baseadas na natureza, não pode afetar negativamente outras iniciativas de adaptação; deve haver monitoramento de indicadores-chave, consistência com planos nacionais, regionais e locais de adaptação; não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas</p>	União Europeia

Reabilitação e regeneração florestal após um evento climático extremo	A atividade deve identificar e mitigar os riscos climáticos físicos mais relevantes, de forma proporcional ao tamanho do projeto; a atividade de adaptação deve privilegiar o uso de soluções baseadas na natureza, não pode afetar negativamente outras iniciativas de adaptação; deve haver monitoramento de indicadores-chave, consistência com planos nacionais, regionais e locais de adaptação; não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas	União Europeia
Conservação florestal	A atividade deve identificar e mitigar os riscos climáticos físicos mais relevantes, de forma proporcional ao tamanho do projeto; a atividade de adaptação deve privilegiar o uso de soluções baseadas na natureza, não pode afetar negativamente outras iniciativas de adaptação; deve haver monitoramento de indicadores-chave, consistência com planos nacionais, regionais e locais de adaptação; não se pode causar dano a outros objetivos ambientais e salvaguardas sociais mínimas devem ser respeitadas	União Europeia

Observação sobre as Taxonomias de 3 níveis (básico, intermediário e avançado):

A estrutura adotada pelas Taxonomias latino-americanas (Colômbia, México e Panamá) para o setor primário agrícola não adotou parâmetros quantitativos ou que olhem para o empreendimento como um todo. Assim, ao invés de medir, por exemplo, graus de desempenho quanto ao uso de biopesticidas, em que o uso de até 30% desses insumos corresponderiam a um nível básico (“verde claro”), mais de 30 e até 65% a um nível intermediário (“verde”) e mais de 65% a um nível avançado (“verde escuro”), optou-se por um foco em atividades financiáveis (adotando-se apenas o parâmetro qualitativo), sem considerar o desempenho do empreendimento como um todo. Dessa forma, os temas e atividades elegíveis para cada um dos 3 níveis são distintos. No caso do setor florestal, a localização é sempre relevante, devido aos impactos na biodiversidade terrestre, de modo que não foi feita essa separação. E existem temas e indicadores comuns aos setores de agricultura, pecuária e florestal, que estão descritos na tabela a seguir.

Temas e indicadores comuns a Agricultura, Pecuária e Setor Florestal (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Indicador qualitativo	Taxonomia
	Prevenção de incêndios, fragmentação e corte da vegetação natural	Colômbia
	Prevenção da introdução de espécies invasoras (espécies exóticas são admitidas em programas de restauração quando houver benefícios comprovados)	Colômbia
	Controle do uso de agroquímicos (fertilizantes e pesticidas)	Colômbia
	Aumento da biodiversidade, buscando conectar áreas fragmentadas (corredores biológicos) e recuperar zonas já degradadas; semeadura e manutenção de vegetação natural	Colômbia

Biodiversidade terrestre e aquática e mudanças climáticas	Combate a espécies invasoras pré-existentes	Colômbia
	Uso racional de nutrientes e controle biológico de pragas, enfermidades ou parasitas	Colômbia
	Uso de espécies agrícolas e raças mais resilientes às mudanças climáticas	Colômbia
	Aumento no uso de espécies vegetais com maior potencial de captura de gás carbônico	Colômbia
	Redução de emissões GEE decorrentes da queima de biomassa e do manejo de resíduos/dejetos animais	Colômbia
Gestão do solo	Prevenção da degradação física: erosão e compactação	Colômbia
	Prevenção da degradação química: salinização, acidificação/alcalinização e contaminação	Colômbia
	Prevenção da degradação biológica: perda de matéria orgânica, desequilíbrio da atividade biológica e processos de mineralização	Colômbia
	Uso de técnicas que minimizem a perturbação do solo (evitando aragem, remoção de biomassa, sobrepastoreio) e uso de espécies com raízes mais profundas	Colômbia
	Tecnificação do manejo da umidade em zonas vulneráveis (irrigação)	Colômbia
	Enriquecimento da fertilidade do solo, mediante rotação de cultivos, uso de fertilizantes orgânicos ou de sistemas agroflorestais (usando mensuração da matéria orgânica e da atividade biológica como indicadores)	Colômbia
	Prevenção de aluviões em períodos de intensas chuvas	Colômbia
	Aumentar a retenção de carbono no solo por meio de sistemas de plantio direto, sistemas agroflorestais e restauração de pastagens degradadas	Colômbia
	Redução das emissões de óxido nitroso em solos fertilizados	Colômbia
Gestão hídrica	Proteção de cursos hídricos e de áreas pantanosas	Colômbia
	Controle da contaminação dos cursos d'água por sedimentos, nutrientes e agroquímicos	Colômbia
	Eficiência hídrica (incluindo técnicas para retornar a água utilizada aos cursos hídricos)	Colômbia
	Reflorestamento e restauração de zonas de captação e regulação de água, como mananciais e áreas pantanosas	Colômbia
	Uso de tecnologias e métodos de controle de sedimentos, nutrientes e agroquímicos; uso de curvas de nível e de coberturas/barreiras/cercas vivas em terrenos inclinados	Colômbia
	Uso eficiente de água, identificando fontes, medindo consumos e perdas, adotando irrigação ou drenagem quando necessário	Colômbia
	Promoção da estabilização das zonas de recarga dos aquíferos; redução dos riscos de sedimentação de represas; uso de água da chuva em períodos de muita chuva	Colômbia

Redução de emissões de metano em estações de tratamento de efluentes e em cultivos com uso excessivo de água (arroz, café, etc)	Colômbia
---	----------

A taxonomia colombiana divide o setor florestal em 4 âmbitos: um primeiro, mais geral, de fortalecimento institucional da sustentabilidade do setor, e outros três que as atividades e serviços elegíveis se dividem em nível básico, intermediário e avançado: restauração de solos florestais degradados; conservação, manejo e aproveitamento sustentável de florestas nativas (o nosso manejo sustentável); restauração florestal com fins comerciais.

Temas e atividades elegíveis - fortalecimento da sustentabilidade do setor florestal (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Manejo florestal	Implementação de programas de manejo florestal para diminuir riscos (corte e queima ilegal, espécies invasoras e pragas, incêndios florestais, efeitos das mudanças climáticas) e desenvolver estratégias de controle.	Estratégias de redução de riscos e reforço das ações de controle Apoio a projetos florestais comunitários e regionais de proteção e manejo florestal	Colômbia
Sistemas de monitoramento e controle da cobertura florestal	Sistemas de monitoramento e análise por satélites e por via aérea; protocolos de alertas para ações de fiscalização	<i>Software, hardware</i> , serviços de análise, drones, licenças e equipamentos de comunicação	Colômbia
Desenvolvimento de viveiros	Construção da infraestrutura necessária para viveiros que preservem o material vegetal das florestas da região	Edificações e serviços para o funcionamento de viveiros, incluindo o uso eficiente de água (exemplo: coleta de águas pluviais e irrigação por gotejamento) e de energia. Sementes, mudas e outros insumos	Colômbia
Enriquecimento de plantações florestais	Acréscimo de espécies nativas ao inventário florestal das plantações existentes p/ melhorar sua integração com o entorno	Sementes e mudas de espécies nativas	Colômbia
Integração de serviços ecossistêmicos	Facilitação e promoção de esquemas de valoração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, como pagamento por serviços ambientais, captura de carbono, valores culturais, REDD+, bancos de hábitat	Serviços de apoio técnico e difusão, investimentos em programas complementares para viabilizar	Colômbia
Desenvolvimento da base produtiva e de mercado para	Identificação e desenvolvimento de alternativas produtivas para o fomento da cadeia de valor de produtos não-madeireiros	Exemplos de “bionegócios”: apiários, comércio de frutas, extratos e essências, ecoturismo, turismo científico	Colômbia

produtos não-madeireiros e serviços florestais	Desenvolvimento de condições para oferta de serviços nas florestas que sejam compatíveis com as normas aplicáveis		
Normatividade e institucionalidade florestal	Melhorias no marco normativo e governança florestal	Estudos, assessorias, capacitação e ferramentas de gestão (bases de dados e estatísticas unificadas)	Colômbia
Modelos florestais sustentáveis e formação de pessoal	Fortalecimento de instituições de pesquisa aplicada e formação profissional no tema, incluindo produtos florestais não-madeireiros (espécies e forma de manejo que compatibilizem uso comercial e integração à paisagem natural)	Reforços a programas; fomento de convênios de desenvolvimento tecnológico com o setor privado e formação de capital humano; capacitações sobre negócios verdes, REDD+ e PSA	Colômbia
Infraestrutura básica para aproveitamento sustentável	Adequação e construção de infraestrutura mínima	Trilhas e acessos, refúgios florestais de semeadura e corte, cabanas para ecoturismo, torres para observação de aves	Colômbia
Tecnologias verdes para o setor florestal	Aproveitamento de energias renováveis e produção de fertilizantes e biogás a partir de resíduos orgânicos Eficiência energética e hídrica	Biodigestores, energia eólica, biocombustíveis (como celulose), sistemas fotovoltaicos, gestão hídrica (como estações de osmose inversa), sistemas e práticas para aumentar eficiência energética e hídrica (equipamentos, instalação e mão-de-obra)	Colômbia

Restauração de solos florestais degradados (nível básico) – temas e atividades elegíveis (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Recuperação e manejo do solo	Aumento da cobertura vegetal do solo com plantas vivas ou resíduos vegetais para aumentar matéria orgânica, carbono orgânico, estabilidade de agregados e retenção de umidade Manutenção adequada do material plantado Estabelecimento de plano de uso de bioprodutos para restauração por hectare, conforme a lavoura Monitoramento da fertilidade do solo e do estado nutricional das lavouras	Sementes, equipamentos leves para obras de proteção do solo Obras de reconformação da topografia para reduzir a erosão e outros fatores degradantes	Colômbia

Conservação de cursos hídricos e manejo de água	Reparação e/ou proteção das zonas de recargas de bacias e microbacias hidrográficas Gestão hídrica de acordo com a disponibilidade da região, incluindo tempos de escassez ou inundações Prevenção da contaminação hídrica por excesso de nutrientes	Materiais para isolamento de zonas de recarga Mudas de espécies indicadas para restauração Obras de irrigação e drenagem, caso necessário	Colômbia
Restauração ecológica (como objetivo principal)	Melhoria da área em sua qualidade de hábitat, bem como de sua conectividade com outras áreas verdes Reintrodução de espécies nativas ou introdução de espécies que facilitem a regeneração Uso de métodos não químicos para controle de pragas	Mudas ou estabelecimento de viveiros próprios, mão-de-obra, maquinaria e insumos que permitam a manutenção do material plantado	Colômbia
Desenvolvimento de viveiros e serviços de semeadura	Construção de viveiros comerciais em maior escala aptos a atender a demanda de restauração da região	Construção de viveiros, sementes e mudas	Colômbia

Restauração de solos florestais degradados (nível intermediário) – temas e atividades elegíveis (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Barreiras contra ventos, cercas vivas, corta-fogos	Isolamento da área por meio de cercas com material não proveniente de madeira natural e arame ou cercas vivas, mantendo tanto quanto possível os corredores para uso da fauna silvestre	Sementes e mudas de espécies nativas, materiais e mão-de-obra	Colômbia
Proteção florestal e sistemas de monitoramento	Estabelecimento ou reforço da proteção e monitoramento florestal por meio de vigilância, mirantes, projetos florestais comunitários, sistemas de monitoramento aéreo e por satélite	Guardas florestais, materiais de apoio, equipes de comunicação, <i>softwares</i> , <i>hardwares</i> , serviços de análise, drones, licenças de sistemas de monitoramento e controle	Colômbia

**Restauração de solos florestais degradados (nível avançado e tecnologias complementares) – temas e atividades elegíveis
(México e Panamá serão acrescentados)**

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Enriquecimento de plantações florestais	Acréscimo de espécies nativas ao inventário florestal das plantações existentes para melhorar sua integração com o entorno	Sementes e mudas de espécies nativas	Colômbia
Produtos não-madeireiros e serviços relacionados	Fomento a bionegócios: apiários, comércio de frutas, extratos e essências; ecoturismo; turismo científico	Assessoria e plano de negócios Construção de imóveis básicos, como pequenas lojas, sala de preparação, serviços sanitários e outros insumos Mão-de-obra	Colômbia
Integração de serviços ecossistêmicos	Adoção de esquemas de valoração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, como pagamento por serviços ambientais, captura de carbono, valores culturais, REDD+, bancos de hábitat	Serviços para preparar o desenho e desenvolvimento de projetos, certificação, verificação e validação	Colômbia
Biodigestores	Aproveitamento de energias renováveis e produção de fertilizantes e biogás a partir de resíduos orgânicos	Biodigestores (equipamentos e instalação)	Colômbia
Eficiência energética	Redução no consumo de energia Uso local de biogás (metano) a partir de resíduos orgânicos	Geração de biomassa para combustíveis ou fertilizantes, geradores de gás derivado de biodigestores, sistemas fotovoltaicos, manutenção de equipes para aumentar eficiência energética	Colômbia

Conservação, manejo e aproveitamento sustentável de florestas nativas (nível básico) – temas e atividades elegíveis (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Manejo florestal	Implementação de ações de manejo florestal (conservação e aproveitamento) segundo o disposto no respectivo plano de manejo	Redução de riscos e reforço das ações de controle Reforços no corpo de guardas-florestais Apoio a projetos florestais comunitários e regionais de proteção e manejo florestal (incluindo desenho e implementação do plano de manejo)	Colômbia

Monitoramento e controle da cobertura florestal	Execução de planos de monitoramento das condições das florestas a uma escala que permita ação local Sistemas de controle para proteção florestal	Serviços e insumos para o monitoramento em campo <i>Software, hardware</i> , serviços de análise, drones, licenças e equipamentos de comunicação	Colômbia
Desenvolvimento de viveiros	Construção da infraestrutura necessária para viveiros que preservem o material genético das florestas da região Controle efetivo de pragas	Edificações, serviços e materiais para o funcionamento de viveiros, incluindo o uso eficiente de água (exemplo: coleta de águas pluviais e irrigação por gotejamento) e de energia Controle integrado de pragas	Colômbia

**Conservação, manejo e aproveitamento sustentável de florestas nativas (nível intermediário) – temas e atividades elegíveis
(México e Panamá serão acrescentados)**

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Integração de serviços ecossistêmicos	Adoção de esquemas de valoração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, como pagamento por serviços ambientais, captura de carbono, valores culturais, REDD+, bancos de hábitat	Serviços para preparar o desenho e desenvolvimento de projetos, certificação, verificação e validação	Colômbia

**Conservação, manejo e aproveitamento sustentável de florestas nativas (nível avançado e tecnologias complementares) – temas e atividades elegíveis
(México e Panamá serão acrescentados)**

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Produtos não-madeireiros e serviços relacionados	Fomento a bionegócios: apiários, comércio de frutas, extratos e essências; ecoturismo; turismo científico	Assessoria e plano de negócios Construção de imóveis básicos, como pequenas lojas, sala de preparação, serviços sanitários e outros insumos Mão-de-obra	Colômbia
Biodigestores	Aproveitamento de energias renováveis e produção de fertilizantes e biogás a partir de resíduos orgânicos	Biodigestores (equipamentos e instalação)	Colômbia
Eficiência energética com energias limpas	Redução no consumo de energia Uso local de biogás (metano) a partir de resíduos orgânicos	Melhorias nos processos de secagem, reduzindo o uso de biomassa ou combustíveis, geradores a gás	Colômbia

		derivado de biodigestores, sistemas fotovoltaicos	
--	--	---	--

Restauração florestal com fins comerciais (nível básico) – temas e atividades elegíveis (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
			Colômbia
			Colômbia

Restauração florestal com fins comerciais (nível intermediário) – temas e atividades elegíveis (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Barreiras naturais contra ventos e geadas, cercas vivas e corta-fogos	Proteção física e biológica da plantação por meio de árvores e arbustos que protegem da ação do vento, incêndios, geadas, inundações e pragas Cercas vivas com espécies nativas	Sementes e mudas de espécies adequadas para cada tipo de risco	Colômbia
Estradas rurais	Construção de estradas dentro do imóvel rural para viabilizar seu aproveitamento – as estradas não devem ter mais de 5 metros de largura e devem ser construídas com terra local e sub-base granular	Materiais necessários para a construção de estradas rurais Sistemas mecânicos para o traslado de toras, polias, correntes e rotores	Colômbia

Restauração florestal com fins comerciais (nível avançado e tecnologias complementares) – temas e atividades elegíveis (México e Panamá serão acrescentados)

Tema	Descrição detalhada	Produtos e serviços elegíveis	Taxonomia
Fertilizantes orgânicos ou verdes	Substituição de fertilizantes químicos por fertilizantes preparados com material orgânico, como restos de colheita, podas, esterco, pastas, etc	Mão-de-obra, material, ferramentas e insumos (composteiras, mudas, minhocas, etc)	Colômbia
Sistemas de monitoramento e controle das florestas	Fortalecimento ou reforço da proteção e monitoramento através de vigilância, projetos florestais comunitários, sistemas de monitoramento e análise por satélites e por via aérea	Vigias florestais, materiais de apoio, equipes de comunicação, <i>software</i> , <i>hardware</i> , serviços de análise,	Colômbia

		drones, licenças e equipamentos de comunicação	
Enriquecimento de plantações florestais	Acréscimo de espécies complementares, predominantemente nativas, ao inventário florestal das plantações existentes para melhorar sua produtividade e sua integração com o entorno	Sementes e mudas de espécies complementares	Colômbia
Integração de serviços ecossistêmicos	Adoção de esquemas de valoração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, como pagamento por serviços ambientais, captura de carbono, valores culturais, REDD+, bancos de hábitat	Serviços para preparar o desenho e desenvolvimento de projetos, certificação, verificação e validação	Colômbia
Biodigestores	Aproveitamento de energias renováveis e produção de fertilizantes e biogás a partir de resíduos orgânicos	Biodigestores (equipamentos e instalação)	Colômbia
Eficiência energética com energias limpas	Redução no consumo de energia Uso local de biogás (metano) a partir de resíduos orgânicos	Geração de biomassa para combustíveis ou fertilizantes, geradores de gás derivado de biodigestores, sistemas fotovoltaicos, manutenção de equipes para aumentar eficiência energética, etc	Colômbia